



GOVERNO ALCKMIN PRESSIONOU CETESB PARA LICENCIAR USP LESTE, REVELA SEF

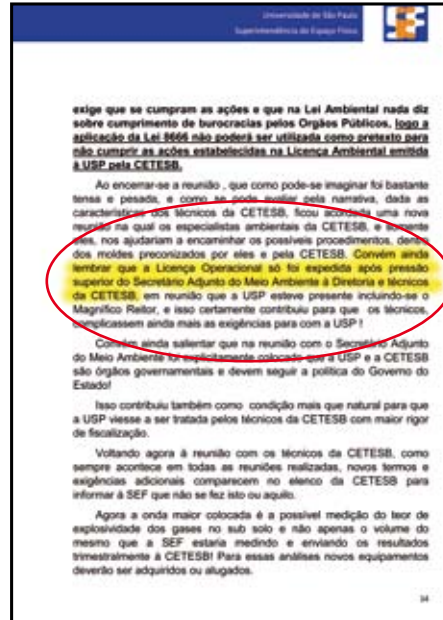
Daniel Garcia



Manifestantes da EACH marcham pelo campus do Butantã em 19/9

... dos técnicos da CETESB, ficou acordado na qual os especialistas ambientais da CETESB, e somente eles, nos ajudariam a encaminhar os possíveis procedimentos, dentro dos moldes preconizados por eles e pela CETESB. Convém ainda lembrar que a Licença Operacional só foi expedida após pressão superior do Secretário Adjunto do Meio Ambiente à Diretoria e técnicos da CETESB, em reunião que a USP esteve presente incluindo-se o Magnífico Reitor, e isso certamente contribuiu para que os técnicos, complicassem ainda mais as exigências para com a USP!

... ainda salientar que na reunião com o Secretário Adjunto do Meio Ambiente...



Documento da SEF-USP revela que, sem a pressão do governo estadual, a Cetesb não teria licenciado o campus leste em 2012

Um documento da Superintendência do Espaço Físico (SEF, órgão da Universidade de São Paulo) revela que o governo estadual pressionou a Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb) para que esta expedisse, em novembro de 2012, Licença Operacional para o *campus* da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), conhecida como USP Leste, apesar das diversas irregularidades identificadas pela empresa pública, a quem cabe fiscalizar o cumprimento das leis ambientais.

“Convém ainda lembrar que a Licença Operacional só foi expedida após pressão superior do Secretário Adjunto do Meio Ambiente à Diretoria e técnicos da Cetesb, em reunião que a USP esteve presente incluindo-se o Magnífico Reitor, e isso certamente contribuiu para que os técnicos complicassem ainda mais as exigências para com a USP!”, afirma à página 34 o documento “Relato de Situação USP Leste. Licença Operacional conce-

...ada à USP pela Cetesb. Ações a serem executadas pela USP”, datado de 4 de setembro de 2013.

O trecho faz parte do tópico 3.1., intitulado “Histórico das reuniões com a Cetesb”, no qual o autor, não identificado, aponta que os técnicos da Cetesb fazem “onda” (*sic*), ou seja, exigências que a USP vê como descabidas. Relata que, numa reunião realizada em 1º de agosto de 2013, com a presença do presidente da Cetesb e a participação do superintendente da SEF, Antonio Massola, e de Wanderley Messias da Costa, assessor do reitor J. G. Rodas, foi “achapantadamente informado pelos técnicos da Cetesb que até aquele momento as ações previstas na Li-

...ença Operacional concedida ainda não tinham sido cumpridas e que assim a USP estaria para receber um documento de advertência para que num prazo de sessenta (60) dias viesse a realizar as ações previstas”.

Na reunião os representantes da Reitoria entregaram documentos aos técnicos da Cetesb, argumentando que a USP vem tentando resolver os problemas desde 2011, e que “nunca ficou parada ante suas efetivas responsabilidades!” (*sic*). A SEF informou ainda à Cetesb que “a USP irá cumprir tudo o que foi imposto pela Cetesb em todas as ações a serem cumpridas, mas que todas elas deveriam passar por procedimentos licitatórios, visto que a USP como instituição pública deveria cumprir o que estabelece a Lei 8.666. Assim todos os cronogramas e prazos estariam atrelados aos citados procedimentos licitatórios”.

Ao que parece, recorrer à Lei das Licitações como expediente para explicar o atraso no cumprimento das medidas determinadas pela



Votação que derrubou a direção da EACH em 11/9. No destaque, o diretor Boueri discute com um professor



Ciro Correia, presidente da Adusp, questiona Antonio Massola (SEF) em reunião na EACH

Cetesb irritou a equipe técnica da companhia ambiental. Prossegue o texto da SEF: “Recebemos então uma informação bombástica por parte da Cetesb! O consultor jurídico da Cetesb, presente à reunião, bem como toda a alta cúpula diretora da Cetesb, para total surpresa de todos os presentes [sic], informou que a Lei Ambiental exige que se cumpram as ações e que na Lei Ambiental nada diz sobre cumprimento de burocracias pelos órgãos públicos, logo a aplicação da Lei 8.666 não poderá ser utilizada como pretexto para não cumprir as ações estabelecidas na Licença Ambiental emitida à USP pela Cetesb”.

A reunião teria sido “bastante tensa e pesada, e como se pode avaliar pela narrativa, dadas as características dos técnicos da Cetesb, ficou acordada uma nova reunião na qual os especialistas ambientais da Cetesb, e somente eles, nos ajudariam a encaminhar os possíveis procedi-

mentos, dentro dos moldes preconizados por eles e pela Cetesb”.

O passivo ambiental da EACH, as irregularidades cometidas, a desídia da Reitoria diante da gravidade dos problemas, foram apontados na reportagem de capa da edição 49 da *Revista Adusp*, de janeiro de 2011 (“Metano causa risco ambiental na USP Leste”, “EACH funciona desde 2005 sem as licenças ambientais necessárias”). Mas em junho de 2011 um novo problema surgiu: a deposição clandestina de 40 mil metros cúbicos de terras provenientes de obras de construção civil, ao menos parcialmente contaminadas.

Destituição. Importantes informações sobre o histórico da EACH e sobre o crime ambiental cometido, com a anuência da direção da unidade, em 2011, vieram à tona no contexto da crise institucional deflagrada em setembro de 2013. A instalação, pela SEF, de placas de advertência nas áreas contamina-

das do aterro funcionou como estopim de uma greve que, quase num piscar de olhos, parou docentes, estudantes e funcionários sucessivamente, nos dias 10 e 11/9.

Uma inédita reunião aberta da Congregação da EACH, em 11/9, levou ao Salão Azul da unidade cerca de 250 pessoas, entre estudantes, docentes e funcionários. Depois de quase três horas de debates, que incluíram alguns lances insólitos, foi votada e aprovada, com apenas três abstenções, a destituição do diretor e do vice-diretor da unidade, professores Jorge Boueri e Edson Leite.

Numa concorrida audiência pública realizada na Assembleia Legislativa (Alesp) em 25/9, a professora Adriana Tufaile, que leciona nos cursos de Ciências Naturais e Gestão Ambiental da EACH, assim sintetizou as reivindicações do movimento: “Somos 5 mil pessoas em greve. Queremos um lugar seguro e sadio de trabalho e que os responsáveis



Reitor e assessores recebem a "Comissão dos 13", em 26/9

por grave crime ambiental cometido na nossa escola sejam identificados e responsabilizados pelos ilícitos cometidos, para servir de exemplo para a sociedade. Nossa escola está instalada numa área de proteção ambiental do Parque Ecológico do Tietê”.

A professora Adriana, que é diretora da Adusp, destacou que, enquanto “o governador e as autoridades do alto escalão da Cetesb e da USP declaram publicamente que não há riscos à saúde” na EACH, os documentos técnicos nos processos dizem o contrário. O auto de infração emitido pela Cetesb em agosto de 2013, lembrou ela, poderia levar à quase imediata interdição da escola. Ela pediu o imediato afastamento do diretor e vice-diretor da EACH “para apurar suas responsabilidades, pois administram juntos nossa escola”.

Concessões. A greve obrigou a burocracia da USP a fazer concessões impensáveis. No dia 23/9, o professor Antonio Massola, que responde pela SEF, reuniu-se com a comunidade da EACH, entregou um grosso dossiê referente à unidade, respondeu a diversas indagações.

O superintendente fez novas revelações que confirmam a irresponsabilidade na escolha da gleba que hoje sedia a EACH, bem como a falta de planejamento adequado. “Não foi feita avaliação prévia na questão dos gases”, admitiu. “Na construção do prédio maior é que apareceu uma situação que nos alertou para a possível existência de gases, um *flash* na implantação de uma estaca. Neste instante contratamos o IPT”.

Massola descreveu situações constrangedoras. “Quando a gente estava discutindo com a Cetesb, por

meio de uma comissão designada pelo reitor, de meio ambiente, específica para a USP Leste, nós fomos surpreendidos por uma informação que apareceu, de que tinham sido colocadas terras aqui no volume de 40 mil metros cúbicos, e impactou tudo o que a gente estava fazendo”.

Também o reitor J.G. Rodas, em fim de mandato, obrigou-se a receber uma comissão de representantes das categorias em greve, mais Adusp e Sintusp, em 19/9, 26/9 e 14/10. Como resultado dessas negociações, o movimento obteve importantes conquistas: a realização de uma consulta às categorias para eleger uma nova direção da EACH; o compromisso de Rodas de nomear/empossar o candidato ou candidata que mais votos receber da comunidade; a criação de uma comissão tripartite para conduzir a gestão ambiental do *campus* leste. O movimento só não conseguiu do reitor a destituição do vice-diretor Leite, que assumiu a direção depois que o diretor Boueri, oportunamente, tirou uma licença-prêmio. A greve terminou, vitoriosa, em 30/10.

Correção

RECEITA DA FAPESP EQUIVALE A 0,06% DO PIB ESTADUAL DE SP (E NÃO 0,6%)

Na reportagem intitulada “Devemos mesmo ‘transformar ciência em negócios?’”, publicada na edição 54 da *Revista Adusp*, onde se lê, à página 90, que “a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp, estadual) recebe anualmente, ‘por conta da luta de movimentos sociais’, 1% da receita tributária estadual, que é o equivalente a 0,6% do PIB estadual”, leia-se: **0,06%** do PIB. Esse é o dado correto e que constou da exposição do professor Ciro Correia na mesa-redonda “Ciência e Tecnologia na América Latina, em perspectiva de esquerda” (setembro de 2012, FFLCH).